

Zeev Maoz

A razão dos outros

Professor da Universidade da Califórnia revisita raízes do conflito árabe-israelense

CARLOS HAAG

Ao afirmar que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, Clausewitz não imaginou que seria possível inverter-se a ordem dos fatores para fazer da guerra uma forma de política. Para o cientista político Zeev Maoz, diretor do Programa de Relações Internacionais da Universidade da Califórnia, Davis, e autor de *Defending the holy land: a critical analysis of Israel's security and foreign policy*, essa tem sido a forma como Israel vem conduzindo a sua política externa. “Israel não tem uma política de paz, apenas uma política militar. Isso vale tanto para as negociações com os Estados Árabes (ou seja, a total falta de resposta às iniciativas sauditas e às resoluções da Liga Árabe de 2002 e 2007) como em suas relações com os palestinos. Mas o fato de ser um Estado militarista não impede que Israel seja, também, uma democracia, uma sociedade civil altamente desenvolvida. Uma coisa não invalida a outra”, explica Maoz. Tendo servido como soldado e oficial em várias guerras israelenses, inclusive as do Yom Kippur e a do Líbano, o professor pesquisa a fundo, e sem preconceitos, o que chama de tratamento “acrítico” de muitos em Israel sobre as bases da doutrina de segurança nacional do país e de como essa, ao apresentar muitos equívocos, precisaria ser reavaliada.

Maoz faz parte do grupo de novos historiadores israelenses que desafiam tradições historiográficas consolidadas como o papel de Israel no êxodo palestino em 1948 e contestam a existência de uma falta de vontade política árabe de discutir a paz com os judeus. O movimento reúne pesquisadores como Benny Morris, Ilan Pappé, Avi Shlaim, entre outros, que trabalham a partir de fontes documentais saídas dos arquivos governamentais, há pouco liberadas à pesquisa, já que as instituições árabes, em sua maioria, não possuem arquivos abertos (daí que sua pesquisa se concentre em Israel). “Eu acredito que estudos sérios desse tipo terão

um efeito positivo no longo prazo, pois o conhecimento é base para a mudança pensada e estruturada. Embora os israelenses sejam um povo, em geral, crítico, existe um consenso em muitos pontos fundamentais das políticas externa e de segurança, o que é uma coisa boa quando baseada em princípios e hipóteses corretos. Meu temor é de que os fundamentos da doutrina israelense de segurança se transformaram em princípios religiosos em vez de concepções que precisam ser testadas diante dos dados empíricos”, avalia. Para ele, Israel precisaria aprender a pensar antes de atirar. “Uma política militar não pode ser um substituto permanente para a diplomacia, e subjugá-la continuamente a considerações de segurança leva ao erro tanto da política militar quanto da externa. Opções políticas e diplomáticas devem preceder as militares: a força é serva da diplomacia e não o contrário.”

Segundo Maoz, a diplomacia israelense teria uma série de oportunidades perdidas. “Ao longo do tempo, Israel foi tão responsável pela falta de paz com os árabes quanto eles próprios.” Para o pesquisador, as concepções de segurança nacional teriam sido estabelecidas, nos anos 1950, por David Ben-Gurion, e muitos estrategistas ainda as consideram válidas e atuais. A política de



segurança seria baseada numa série de premissas entre as quais: o mundo árabe é hostil em relação a Israel e vai tentar destruir o Estado se tiver a oportunidade; assim, a única forma de impedir isso é fazê-los perceber a futilidade de sua missão ao tomarem conhecimento do preço alto a pagar por isso, a chamada “Muralha de Ferro”, conceito criado pelo sionista Zeev Jabotinsky em 1923; além disso, a comunidade internacional, com exceções, não seria uma aliada confiável, o que deixaria Israel isolado em sua defesa e, por sua geografia, uma alvo para seus inimigos. Disso, continua Maoz, decorreriam fatores importantes: Israel precisaria investir na qualidade, militar e não-militar, para dar conta das vantagens quantitativas dos árabes; logo, seria preciso manter a “nação em armas”, uma sociedade mobilizada em tempos de crise e pronta a defender sua sobrevivência; a opção por guerras curtas, rapidamente decididas, tanto por razões estratégicas como econômicas, já que conflitos demorados são um fardo ao Estado; o que levaria ao princípio do *cumulative deterrence* (recuo tático cumulativo), ou seja, atingir o inimigo forte e repetidamente até que ele entenda que não pode destruí-lo e barganhe em seus termos; a política de assentamentos como determinante das fronteiras finais de Israel. “Esses conceitos são uma política estável de segurança nacional, ainda que nunca tenham sido colocados num documento oficial, cujo objetivo é permitir a Israel lidar com as ameaças a sua existência e, ao mesmo tempo, existir como sociedade ‘normal’ e atrair judeus de todas as partes do mundo.”

“Muitos desses princípios são baseados em fundações empíricas equivocadas e, apesar disso, a elite israelense nunca revisou os blocos básicos das suas doutrinas. A segurança de Israel teve benefícios ao seguir a lógica da Muralha de Ferro? A resposta de meus estudos é que não. Ao contrário, o sucesso israelense nas guerras não resultou em resignação de seus inimigos, mas no acirramento dos conflitos, e a sua maior vitória militar apenas aumentou a motivação árabe em lutar”, observa. “Apenas quando as lideranças israelenses chegaram à conclusão de que ‘a espada não pode destruir para sempre’, para usar a questão colocada por

Moshe Dayan, e entenderam a necessidade de concessões é que Israel conseguiu a paz. Até que se compreenda isso, a ‘não-estratégia’ de paz de Israel vai continuar a equilibrar sacrifícios de israelenses e palestinos.”

■ *O senhor afirma que Israel precisa “abrir os olhos para a realidade” e resolver a questão do Oriente Médio em outros termos que não os militares. Um país desenvolvido e democrático como Israel não teria percebido isso, caso fosse um equívoco?*

— O fato de que o uso desproporcional de força não funcione em determinado ponto não significa, segundo essa concepção de política de segurança, que não funcione no longo prazo. Infelizmente, esse longo prazo já veio e foi, mas Israel colocou-se numa inércia que é difícil de ser quebrada. Isso se deve fundamentalmente ao fato de que o *establishment* de segurança domina a política externa e, assim, o uso da força é sempre o primeiro argumento, em vez de ser, como esperado, o último. A invasão de Gaza é baseada na mesma lógica de resposta desproporcional. Além disso, ela se fundamenta na crença há muito estabelecida de que se você castiga a população civil de seu inimigo isso eventualmente irá forçar o governo (no caso, o Hamas) a recuar. Essa atitude, porém, falhou no passado e pode muito bem falhar no futuro. Há ainda outro fator que determina o uso da força israelense em Gaza. Há uma eleição a caminho [as eleições gerais em Israel foram antecipadas para o dia 10 deste mês] e o governo sofria críticas muito fortes por ter falhado em responder aos ataques com foguete que o Hamas lançou sobre cidades ao sul de Israel e foi pressionado a atacar caso o Hamas recusasse a renovar o cessar-fogo. Entretanto, o governo de Israel não quis lidar com as múltiplas baixas israelenses e escolheu iniciar com ataques aéreos e depois usar indiscriminadamente a força para minimizar as perdas das Forças de Defesa de Israel (FDI). Israel repete políticas que falharam muitas vezes no passado, usando força desproporcional contra governos fracos ou autoridades políticas que não têm capacidade de impor a ordem em seus membros. É o conceito da *escalation dominance*, uma noção errônea de



Comparada a outros conflitos, a questão árabe-israelense recebe uma atenção internacional exagerada

que a força massiva pode diminuir a motivação, e sempre que um problema pode ser resolvido pela força ele deve ser resolvido aplicando-se uma força ainda mais intensa. O problema é que os conflitos atuais mostram mais uma vez que as FDI perderam a sua capacidade de realizar “operações cirúrgicas” de ataque e está escondendo a sua incompetência em lidar com conflitos de “baixa intensidade”, optando por usar bombardeios maciços de valor estratégico questionável e com sérios danos diplomáticos.

■ *É possível uma solução para o conflito entre árabes e judeus?*

— Um historiador que se debruçar sobre o conflito árabe-israelense daqui a cem anos vai ter dificuldades em entender por que demorou tanto a ser resolvido, dada a quantidade de soluções razoáveis ao conflito que existiu desde o seu início. Comparada a outros conflitos contemporâneos, a questão árabe-israelense recebeu uma atenção exagerada da comunidade internacional e, na prática, é provavelmente menos severa e mais solucionável do que muitas outras questões globais. É preciso reconhecer, acima de tudo, que os árabes são afetados pela mesma relutância, visão míope e pela

mesma síndrome do “só em cima do meu cadáver” que aflige Israel. Estão paralisados por medos psicológicos e uma inflexibilidade ideológica tão rígida quanto a israelense. Basta lembrar a recusa do Egito em fazer um acordo formal de paz com Israel antes de 1967. Ou a relutância da Jordânia ou a atitude irascível da Síria, para citar alguns exemplos. Todo o conflito me parece uma “tragédia de erros”, e, com certeza, a culpa não está de um único lado. Mas a minha pesquisa está centrada não nos árabes, mas na política de segurança de Israel. Tendo isso em vista, vamos analisar alguns pontos importantes. Deve-se reconhecer que Israel é um parceiro relutante quando se trata de paz: a maioria dos acordos não foi iniciada por israelenses, mas pelo lado árabe ou por um terceiro parceiro, como, por exemplo, os Estados Unidos. A diplomacia de Israel muitas vezes confia na atitude do “vamos esperar um telefonema dos árabes”, em notável contraste com a postura hiperativa do uso da força militar. Outro fator relevante é a concepção gradual que sempre pautou os acordos entre árabes e judeus. Essa teoria sempre favoreceu o “tempo está do nosso lado” a fim de minimizar as concessões de Israel enquanto o *momentum* da paz é mantido. Outra característica é a aversão israelense em fazer acordos com blocos árabes, sempre optando por negociações bilaterais, como se um acordo geral representasse uma pressão muito forte para que Israel fizesse concessões extremadas. Assim, a política de paz israelense sempre privilegiou a noção de que um mundo árabe dividido sempre oferece melhores oportunidades. A discrepância entre a afirmação oficial israelense de que “ninguém no mundo árabe quer realmente estender a mão em paz” e a relutância real de Israel em promover a paz é sensível.

■ *Como entender isso?*

— Creio que se deve ao que chamo de “mentalidade de sítio”, muito bem expressa na noção desenvolvida por David Ben-Gurion de um pequeno Estado cercado por inimigos muito mais numerosos e que deve se desenvolver e prosperar em condições de ameaça a sua existência. Esse espírito faz com que se pense sempre que “o que é bom

para os árabes não pode ser bom para Israel”, como se os interesses israelenses fossem definidos pelo inverso das demandas árabes, bem como traz a noção da “nação que luta sozinha”, que faz com que propostas vindas de terceiros sejam sempre vistas com desconfiança. Da mesma forma, as organizações internacionais não seriam dignas de confiança por terem deixado Israel na mão no passado (como, por exemplo, a força da ONU antes da Guerra dos Seis Dias). Qualquer iniciativa da ONU é sempre vista como pró-árabe e descartada de cara. O que sobretudo é uma “política de arrogância”, ou seja, quando os árabes estiverem suficientemente fracos eles vão se sentar à mesa para negociar nos termos de Israel. Os políticos de Israel, a partir desse modelo dual, acreditam que, se os árabes estão fortes, qualquer moderação israelense vai parecer fraqueza, o que encorajaria ataques a Israel. Por outro lado, se os árabes estão fracos, não há razão para concessões.

■ *Como isso se reflete na sociedade de Israel?*

— Criar uma sociedade baseada em princípios de autodefesa gera uma postura nacional em que a segurança é o primeiro e mais importante valor. Há em Israel uma preponderância imensa da comunidade de segurança, por causa do poder das FDI e de outras instituições, como o serviço secreto. Essa dominância é reforçada pela falta de uma instituição civil que dê uma infraestrutura hierárquica semelhante aos tomadores de decisões e aos legisladores, gerando um desequilíbrio: em momentos de crise, a palavra das FDI é decisiva na tomada de decisões. Essa infiltração da comunidade de segurança é ainda reforçada pelo fato de que há muitos oficiais militares seniores militando na esfera política, o que dá mais respaldo a esse poder. O Parlamento falha em observar e conter essa dominância das FDI e da comunidade de segurança em assuntos de política externa. O Knesset não tem nem os instrumentos, nem a vontade política de agir nesse sentido. A Suprema Corte igualmente revela uma deferência às posições da comunidade de segurança. As consequências desse processo são graves. Ao mesmo tempo, a opinião pública, recheada por

esse espírito, cobra muito do governo medidas de retaliação que servem tanto para dar contas à sociedade como para incentivar o *ethos* de iniciativa militarista que as FDI e Ben-Gurion desejavam e desejam instilar na juventude israelense. Yitzhak Rabin já falava nisso quando começaram os ataques de homens-bomba nos anos 1990, que, para ele, mostravam a natureza estratégica do terrorismo palestino. Rabin sabia que tais ataques não colocavam em xeque a existência do Estado, mas

era uma ameaça estratégica que afetava a percepção individual de segurança em Israel. A pressão doméstica sobre o governo como resultado do terrorismo obrigava o Estado a ações que contradiziam a sua política de paz e levavam a uma espiral desnecessária de escalção do conflito. Eleições é outro ponto importante. Meus estudos revelam que, em épocas eleitorais, diminui o volume dos ataques israelenses em resposta às agressões árabes, mas cresce a intensidade desses ataques que



AFP PHOTO/PEDRO UGARTE

Judeu ultraortodoxo faz sua prece diante do Muro das Lamentações, em Israel



AFP PHOTO/DIMITRY KOSTYUKOV

Torres de cartuchos: soldados israelenses avançam em direção a Gaza

precisam mostrar a que vêm, chamando a atenção dos eleitores. Há ainda a questão religiosa.

■ *O que ela provoca?*

— Escrevi um artigo cujo título era “Um Estado judeu ou um Estado democrático para Israel?”. A religião tem um papel importante na política israelense. Tanto que uma minoria fanática religiosa (os dos assentamentos) corre livre pelos territórios ocupados, constrói assentamentos ilegais e continuamente ameaça os palestinos na Cisjordânia sem nenhuma restrição da autoridade do governo de Israel. Na realidade, porém, essas facções extremistas religiosas não são tão poderosas. Se o Estado tivesse um líder de coragem, o movimento de assentamentos teria sido uma mera nota de pé de página na história de Israel. Como está agora, com a força que adquiriu pela fraqueza do governo, ele é uma peça-chave e tem um papel destrutivo na política e na sociedade israelense. Uma vez que a ideologia religiosa se transformou na força do-

minante da política de assentamentos, uma aliança tácita foi formada entre elementos favoráveis a uma estratégia de anexação no Partido Trabalhista e no Partido Likud e foi essencial durante o mandato dos dois partidos. Hoje a dificuldade do governo em controlar essa política de assentamentos é tremenda. Basta ver como, em 2003, apenas então os políticos se deram conta da loucura desses assentamentos em Gaza e na Cisjordânia. Foi o caso de Sharon. Mas já era tarde: ele tinha que dar conta de uma população de 230 mil assentados, incluindo sete mil deles na faixa de Gaza. Só se retiraram de lá depois que 950 israelenses foram mortos e milhares foram feridos.

■ *O senhor também é um grande crítico da política nuclear de Israel.*

— O paradoxo da política nuclear israelense é que ela não tem grande impacto. Sempre que há a ameaça de que um país árabe (ou o Irã) desenvolveu armas nucleares, os israelenses passam a não mais acreditar no poder que suas

armas nucleares teriam de amedrontar os vizinhos e assegurar a paz, como nos tempos da Guerra Fria entre URSS e Estados Unidos. Se Israel tiver razões em acreditar que o Irã alcançou o ponto de fusão, ou seja, que está prestes a conseguir um grau elevado de enriquecimento de urânio, com certeza vai atacar os iranianos. E isso vai provocar uma escalada gigantesca nas tensões do Oriente Médio. Assim, é um privilégio duvidoso. A política nuclear israelense não alcançou nenhum de seus objetivos ou apresentou os efeitos colaterais positivos defendidos por seus defensores. Ao contrário, essa ação teve um efeito adverso significativo, pois provocou o fomento de uma corrida não convencional de armas na região e acabou gerando um regime antidemocrático de segredo de Estado e decepção sem nenhum significado do ponto de vista civil. Encorajou, sim, os estados vizinhos inimigos a desenvolver as “armas de destruição em massa dos pobres”, químicas, biológicas e mísseis balísticos. Esse regime nuclear, acima de tudo, atua

sem controle das instituições políticas e não está sujeito ao debate público em um Estado democrático e desenvolvido como Israel. Esse tipo de atitude da elite israelense é bem característico de uma estratégia de utilizar o conflito continuado com os árabes em seu favor e em detrimento do país que, em função dos seus gastos militares preponderantes, está deixando de lado o investimento em valores que foram fundamentais em sua criação, como, por exemplo, a educação. A mobilização da sociedade israelense tem um custo alto. Ela serve, sim, como uma maneira de se fugir ao tratamento realista de muitos problemas sociais importantes. No longo prazo, esse princípio da nação em armas está provocando um efeito indireto na situação econômica, tecnológica e social de Israel em relação ao resto do Ocidente industrializado, a referência para os israelenses. Israel está começando a ficar para trás nessas questões.

■ *E como o conflito constante afeta os árabes?*

— Insisto que meu estudo é centrado na questão de Israel, mas é possível se observar que, da mesma forma que a elite israelense usa o conflito como um mecanismo para a construção de um Estado e a integração social num sistema democrático, as elites árabes usam a guerra como um mecanismo para a manutenção do controle autoritário e para perpetuar o subdesenvolvimento social e econômico. Mesmo líderes árabes mais progressistas como Sadat, Arafat ou o rei Hussein da Jordânia mantiveram uma política socioeconômica fechada, altamente hierarquizada e brutalmente corrupta, impedindo a colheita dos frutos econômicos e sociais da paz. Essa dualidade exacerbou os problemas dos regimes árabes, fazendo com que o sucesso de Israel fosse ainda mais espetacular em comparação com a pobreza, corrupção e falta de liberdade política no mundo árabe. O mundo árabe igualmente parece refém de uma tendência das elites intelectuais e econômicas em colocar a culpa de todas as suas mazelas em agentes externos. Primeiro foram os poderes coloniais, britânicos e franceses, depois os sionistas e agora os americanos, que parecem culpados por tudo de ruim que acontece nos países árabes. Mas

Gastos militares deixam de lado o investimento em valores fundamentais como a educação

o Oriente Médio só perde da África em termos de subdesenvolvimento e é muito menos democrático do que muitas regiões do globo. O conflito não é responsável direto por isso, mas é sempre usado como desculpa. Além disso, nas monarquias do petróleo, a maior parte do dinheiro ganho é investida fora do seu país de origem e a maioria da força de trabalho vem do exterior. A paz total significaria o fim do autoritarismo da região. Para piorar, houve a emergência, nos países árabes, de grupos islâmicos radicais que tomaram para si a retórica anti-israelense a fim de mobilizar a oposição a qualquer tentativa de um regime político tentar fazer a paz com Israel. Essa oposição obriga os dirigentes árabes a andar sobre o fio da navalha, tendo, de um lado, os seus interesses estratégicos e, de outro, a necessidade de acalmar a oposição militante contra a paz com Israel. Muitos grupos radicais, inclusive, ascenderam ao poder sob a fachada de democracias. Muitos Estados árabes, portanto, recuaram novamente para o *bunker* autoritário, usando a retórica contra Israel como uma tática diversional. Os vizinhos de Israel se deram tão mal porque usam o conflito para perpetuar e aumentar a pobreza e as péssimas condições sociais que já existiam muito antes do surgimento do Estado de Israel.

■ *Que princípios da política de segurança de Israel deveriam ser revistos para pensarmos num quadro mais pacífico no futuro?*

— Israel precisa abandonar a noção de que apenas intransigência e ataque vão levar os árabes à paz e perceber que gestos realmente cooperativos têm um impacto mais duradouro do que apenas movimentos de contenção. Uma virada de Israel em direção a uma política de paz efetiva teria um impacto imenso nas tensões do Oriente Médio. Uma iniciativa de redução de armas, por exemplo, por parte de Israel igualmente teria um impacto importante no balanço de armas da região e seria o início de um longo caminho no estabelecimento de um clima de confiança na região. Fazer-se necessário aumentar o controle da comunidade de segurança por parte do Knesset, do Judiciário e da sociedade civil. As instituições constitucionalmente responsáveis pela segurança têm que ter um papel mais relevante. Israel precisaria retomar uma doutrina convencional e oferecer negociar suas armas nucleares em troca de segurança regional real. Também se deve diminuir os gastos com a indústria de defesa e passar a se confiar mais num Exército regular com horizontes de carreira para os profissionais treinados. Creio que seria importante para o Estado estabelecer um pacto de defesa com os Estados Unidos que não fosse em detrimento de um regime efetivo de segurança regional. A relação entre EUA e Israel, hoje, se baseia em três elementos: uma percepção de interesses comuns no Oriente Médio, uma afinidade democrática comum e, mais importante, a influência do *lobby* de Israel sobre a América. Os judeus americanos, claro, apoiam Israel, mas há uma descrença crescente sobre as políticas de Israel com os palestinos, ainda que a liderança israelense nos EUA esteja ao lado dos israelenses. A pressão internacional tem, sim, um efeito sobre a política de Israel, mas enquanto a administração Bush continuava a bancar as ações, o governo israelense não se sentiu pressionado a parar. Mais recentemente a decisão de um cessar-fogo unilateral foi causada tanto pela pressão externa quanto pela crítica doméstica das operações militares. Israel tem muito a ganhar e pouco a perder com a paz. ■